



Entrevistas

Prof. Marco Antonio Moreira
por Luiza Oliveira

Prof. Marco Antonio Moreira

Por Luiza Oliveira

“Os mestrados profissionais nacionais, enquanto política pública, representam um grande avanço para a educação brasileira.”

Esta entrevista apresenta, como tema central, o Mestrado Profissional em Ensino no Brasil, na voz de seu maior idealizador, **Professor Marco Antonio Moreira**. O entrevistado é Doutor em Ensino de Ciências pela Cornell University/USA. Foi professor do Instituto de Física da UFRGS, de 1967 a 2012. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física. É pesquisador 1A, do CNPq, na Área de Educação, desde 1989. Presidiu a Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (Abrapec), de 1997 a 2001. Foi representante da Área de Ensino de Ciências e Matemática, na Capes, de 2000 a 2007. É autor de 228 artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais. É também coordenador da Comissão de Pós-Graduação do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física (MNPEF/Profis) desde 2013.

O Mestrado Profissional (MP) surgiu no País, regulamentado pela Portaria Capes 80/1998, com o objetivo de qualificar diferentes profissionais para diversos setores da sociedade. Após quase duas décadas, é hora de “avaliar seus resultados”, como diz o nosso entrevistado. O I Seminário Nacional de Mestrados Profissionais da Área de Ensino, ao qual a publicação desta entrevista se destina, tem essa finalidade, pois objetiva divulgar pesquisas e produtos educacionais dos diferentes campos de conhecimento desenvolvidos em Programas de Mestrado Profissional da Área de Ensino/Capes.

E, para analisar a prática desenvolvida nos diversos cursos de Mestrado Profissional, seus objetos, métodos de pesquisa e métodos de intervenção, o entrevistado fala em “uma espécie de pesquisa-ação”, o que remete à pesquisa que traz à cena uma nova forma de relação entre o pesquisador e o ator social, que evidencia, para além do alheamento, a “escuta” do outro. Novos, desafiadores e promissores tempos na área de Ensino, mais uma vez anunciados pelo professor Moreira.

Desejo a todos, que anseiam por compartilhar velhos e novos desafios, uma boa leitura!

Luiza Oliveira¹

Luiza Oliveira: Desde a Portaria Capes 80/1998, que regulamenta o Mestrado Profissional (MP) no Brasil, muito tem se discutido, no meio acadêmico, sobre a finalidade desse tipo de formação. O senhor pode explicar a finalidade do MP, a partir das diferenças com o Mestrado Acadêmico?

Marco Antonio Moreira: Desde essa época, 1998, participei de atividades na CAPES visando a implementação e a valorização do mestrado profissional, mas a resistência, no meio acadêmico, sempre foi forte. Inclusive, havia áreas que proibiam o mestrado profissional.

Uma diferença importante entre o mestrado acadêmico e o profissional é que o acadêmico é voltado para a pesquisa básica, preparatória para o doutorado, enquanto que o profissional é voltado à pesquisa aplicada e desenvolvimento e não supõe continuidade em nível de doutorado. Não exclui a possibilidade de um doutorado, mas não é preparatório para isso.

Hoje, a resistência ao mestrado profissional ainda existe, embora seja menor do que no início dos anos 2000. É comum que no meio acadêmico se considere o mestrado profissional inferior ao acadêmico. Uma postura que reflete a cultura acadêmica brasileira, mas que é também defesa de espaço na Pós-Graduação.

Luiza Oliveira: Uma crítica comum ao MP está baseada na ideia de que esse tipo de formação está fundamentado na abordagem tecnicista, pois visa apenas à aplicação do saber produzido academicamente, na acadêmica, nos diversos setores sociais. Porém, hoje, após quase duas décadas da regulamentação do MP no Brasil, é possível encontrar relatos acerca de programas, sobretudo na área de Ensino, que rompem com a perspectiva tecnicista e aproximam-se do que muitos chamam de formação politécnica (que defende a indissociação entre os aspectos manuais e intelectuais do trabalho, em que não há separação entre os saberes acadêmico e aquele produzido nas práticas cotidianas), valorizando as relações concretas produzidas nos cenários de trabalho, no caso específico da área de Ensino, nas salas de aula. Como o senhor entende essa crítica? O MP aproxima-se mais do tecnicismo ou da politécnica?

¹ Doutora em Educação, professora do Departamento de Psicologia e do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências da Natureza da Universidade Federal Fluminense.

Marco Antonio Moreira: Essa crítica ao mestrado profissional, dizendo que é tecnicista, faz parte da defesa de espaço da área acadêmica. Os mestrados profissionais, na área de ensino, estão voltados para metodologias, estratégias de ensino e conteúdos disciplinares, mas seus currículos incluem fundamentos teóricos em ensino e aprendizagem, assim como fundamentos epistemológicos. Não aceito essa crítica, valorizo a técnica. Um professor que não domine técnicas de ensino, diversificadas e fundamentadas teoricamente, nunca será um bom professor. Ensinar não é dar “boas aulas”, repetindo o que está nos livros.

Luiza Oliveira: É inegável o crescimento do número de cursos de MP nos diversos Programas da área de Ensino. Como o senhor entende esse crescimento?

Marco Antonio Moreira: O crescimento do número de mestrados profissionais na área de Ensino reflete o apoio da Capes, o esforço de alguns professores pesquisadores e a evidência de que a melhoria do ensino, em qualquer área, depende de outro enfoque que não o acadêmico. A Pós-Graduação acadêmica está voltada para a pesquisa básica e esta não tem compromisso com a solução de problemas. Os mestrados acadêmicos e os doutorados em Ensino, de Ciências, por exemplo, existem há décadas, mas seu impacto na sala de aula praticamente inexistente. Seu objetivo é produção de conhecimentos que são publicados na forma de artigos e não chegam à escola, aos professores. Isso em níveis nacional e internacional.

Luiza Oliveira: Há pouco, em uma entrevista para o Portal do Professor, você disse: “Enquanto política pública, o Mestrado Profissional Nacional em Ensino de Física e em outras áreas é um grande avanço para a educação brasileira.” Sabemos ser este um mestrado profissional em rede. Poderia explicar um pouco mais sobre a finalidade desse mestrado que vem sendo ampliado na área de Ensino? Depois do Programa de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat) – primeiro curso de formação continuada *stricto sensu* no formato semipresencial aprovado pela Capes em 2010, o que mudou?

Marco Antonio Moreira: Na minha opinião, os mestrados profissionais nacionais, como política pública, representam um grande avanço para a educação brasileira porque valorizam os professores e o ensino, estão voltados para a pesquisa aplicada e o desenvolvimento de estratégias e produtos educacionais. Precisamos disso urgentemente e em larga escala. Por isso, mestrados em rede.

Sobre o que mudou no ensino, na atualização curricular, no uso de novas tecnologias, ainda é cedo para fazer alguma inferência. É preciso dar mais tempo e espaço para os mestrados nacionais e avaliar criteriosamente os resultados. Uma espécie de pesquisa-ação.

Luiza Oliveira: E o desafio de desenvolver um curso no formato semipresencial nos chamados mestrados em rede, já que essa forma traz uma nova categoria ao cenário dos mestrados profissionais - o intenso uso de tecnologias de informação e comunicação? É possível pensar na Linguagem da Informática não apenas como recurso, mas enquanto constituidora do processo de aprendizagem?

Marco Antonio Moreira: Não tenho experiência em cursos on-line ou semipresenciais. O Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física, do qual participo, é presencial. As aulas são concentradas em um ou dois dias da semana e há disciplinas intensivas ministradas em períodos não letivos. Isso porque o professor mestrando deve continuar em serviço e deve desenvolver estratégias instrucionais a serem implementadas em sua sala de aula. Não pretendemos formar pesquisadores, queremos contribuir para a formação de professores inovadores, que possam abordar conteúdos de Física Moderna e Contemporânea na educação básica, que promovam um ensino centrado no aluno e na aprendizagem ativa e façam intenso uso das tecnologias de comunicação nas suas práticas. No contexto contemporâneo, não faz sentido ignorar, no ensino, essas tecnologias. A mediação, hoje, não é mais somente humana e semiótica, inclui também a “máquina” (computadores, celulares, tablets e uma infinidade de aplicativos). É ingenuidade, ou medo de perder espaço, considerar esses meios digitais simplesmente recursos didáticos que se pode usar ou ignorar. Eles são também mediadores, constituintes dos processos de aprendizagem.

Luiza Oliveira: E os rumos da área de Ensino, especificamente, de Ensino de Ciências no Brasil? Como essas novas propostas de formação em nível *stricto sensu* vêm contribuindo para a pesquisa na área?

Marco Antonio Moreira: O ensino de Ciências no Brasil, e internacionalmente, tem como grandes desafios: abandonar o ensino tradicional narrativo, monológico, centrado no professor, treinador para provas; incorporar as tecnologias de informação e comunicação; ensinar os estudantes a pensar e a argumentar cientificamente, a partir de evidências; desenvolver talentos ao invés de caçá-los; valorizar e dar espaço

aos professores inovadores, que façam pesquisa aplicada e desenvolvam estratégias e produtos e educacionais. Mas tudo isso é inviável, mesmo com a formação em nível de mestrado profissional – nacional, regional, local – em rede ou não, enquanto as condições de trabalho dos professores forem indignas e os mesmos estiverem submetidos à pressão de preparar os alunos para provas. Estamos em uma cultura do ensinar para a testagem, do *teaching for testing*. Agora, no Ensino Médio, o aprendizado está voltado para uma única prova nacional. Como inovar, como mudar o ensino, como atualizar o currículo, incorporar as tecnologias de informação e comunicação, levar em conta as diferenças individuais e os conhecimentos prévios, se a meta da escola, à qual os professores estão submetidos, é preparar para provas ou a grande prova nacional? O importante é ensinar as respostas corretas que poderão “cair nas provas”, ou “na prova”.

A criação dos mestrados nacionais profissionais em ensino é, como já disse, uma política pública, importante iniciativa da Capes, com apoio da UAB, assumida por muitas universidades. Na Física, por exemplo, iniciamos com 21 polos, hoje temos 46 e poderemos ter mais. É um esforço enorme, de pessoas e instituições. Mas há grandes dificuldades. Além do ensino para a testagem, que predomina na escola, há docentes que aderiram ao Mestrado Profissional em Ensino, mas querem continuar apenas com “aulas teóricas e listas de problemas”, não querem mudar nada. Há também tentativas de distorcer as características desse mestrado profissional, aproximando-o do acadêmico, enfatizando a pesquisa e a publicação, substituindo disciplinas por seminários, minimizando o papel dos conteúdos disciplinares.

O Mestrado Profissional em Ensino foi pensado, criado, implementado com ênfase no professor, na sala de aula, nos conteúdos (de uma perspectiva conceitual, fenomenológica e epistemológica, no caso da Física), nas estratégias e produtos educacionais. A pesquisa, se for o caso, deve ser a aplicada, aquela que busca resolver problemas e testar novas estratégias de ensino, não a pesquisa básica. É um mestrado diferente do acadêmico, com outra proposta. Naturalmente, há pesquisadores, professores, programas que não compartilham dessa proposta. Mas isso não justifica tentativas de distorcê-la e aproximá-la da pós-graduação acadêmica.